



CIBEC/INEP



B0031617

APOIO  
FINANCEIRO  
À EDUCAÇÃO  
DE JOVENS  
E ADULTOS

R E L A T Ó R I O    9 5 / 9 8

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# ÍNDICE

## > **Apresentação**

1 - Perfil do Atendimento à EJA

2 - Recursos Financeiros

3 - Realizações no âmbito de EJA

4 - Recursos Humanos

## > **Conclusão**

## APRESENTAÇÃO

O relatório sobre a ação supletiva do Ministério da Educação - MEC no apoio à Educação de Jovens e Adultos - EJA é o produto final de um trabalho da equipe do Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino - DDSE da Secretaria de Educação Fundamental - SEF, elaborado com o objetivo de sintetizar e analisar as realizações do Ministério, nessa modalidade de ensino, no período de 1995 a 1998.

O conjunto de dados apresentados se propõe a dar ao leitor uma visão da evolução dos esforços de redução do analfabetismo e de melhoria da educação para esta parcela da população brasileira que não teve acesso ao ensino regular na época correta, destacando-se que o foco central do trabalho são as ações e projetos financiados pelo Ministério, dando ao relatório um viés propositadamente institucional. Nesse sentido, ele foi elaborado a partir de informações e dados sobre a EJA no Brasil, armazenados no próprio DDSE e levantados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE.

Com esta proposta, o relatório foi elaborado em 4 (quatro) tópicos com conteúdos complementares, que partindo de uma visão mais geral da EJA no País, se encaminha para a avaliação das ações apoiadas financeiramente pelo MEC e procura cotejá-las com as dimensões do problema a ser enfrentado.

O primeiro tópico, com o título de Perfil do Atendimento, apresenta informações gerais sobre a EJA no Brasil, relativas ao número de matrículas nos  **cursos presenciais** oferecidos, a sua distribuição por dependência administrativa, o número de estabelecimentos que oferecem EJA e, ainda, o total de Concluintes no período. Ainda neste tópico, já com a finalidade de dar ao leitor uma visão mais abrangente da evolução das ações de EJA, além da apresentação dos dados relativos ao período analisado (1995 a 1998) acresceram-se dados dos anos de 1986 e 1987, os quais foram disponibilizados pelo INEP, cabendo destacar que esta prática foi adotada para possibilitar uma análise comparativa, sempre que os dados a permitiam.

O segundo tópico trata dos Recursos Financeiros destinados pelo MEC ao apoio financeiro às ações de EJA no período em análise, organizados por órgãos executores (Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras Municipais e Organizações Não-governamentais); por valores orçado e conveniado; assim como a sua evolução no período.

O terceiro aspecto abordado são as Realizações do MEC no âmbito de EJA no período abrangido pelo relatório cuja análise está concentrada no número de convênios firmados e de alunos beneficiados no quadriênio e nas publicações feitas pela SEF para subsidiar os sistemas de ensino na sua prática pedagógica.

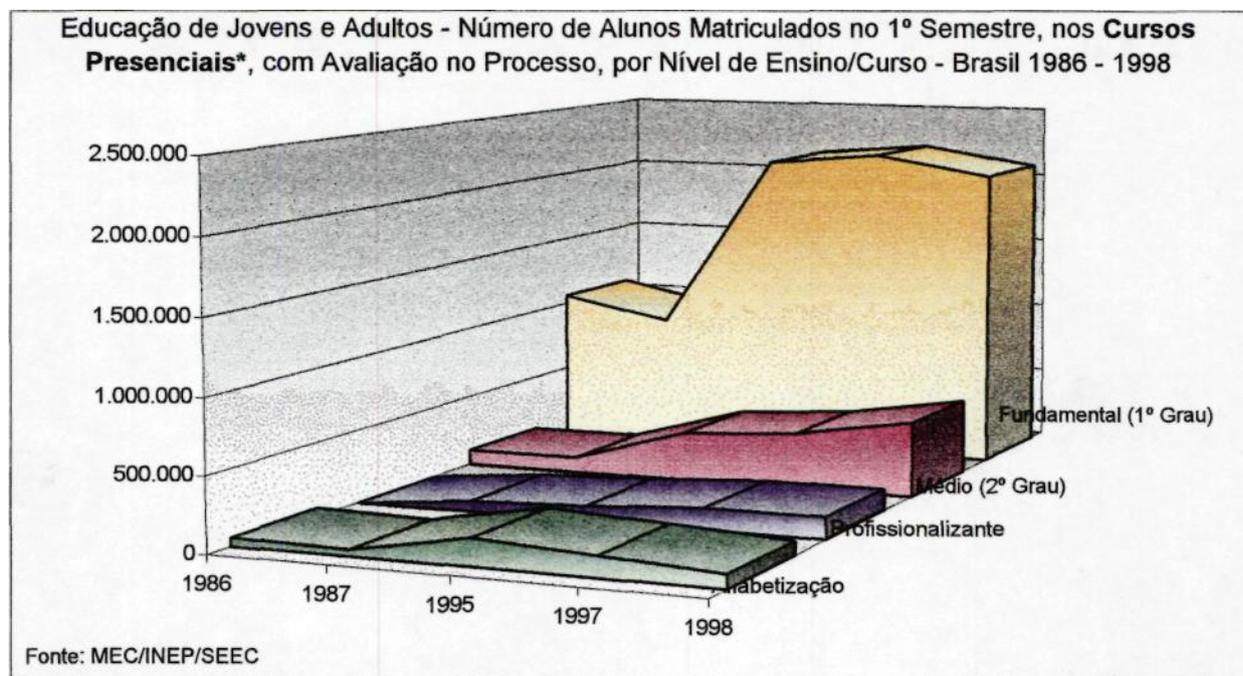
O último tópico trata dos Recursos Humanos atuantes nos programas de EJA, por dependência administrativa, também a partir da evolução dos dados relativos ao número de funções docentes e do grau de formação.

Com estas informações acreditamos estar dando um passo inicial nesse esforço de organização e avaliação das ações e políticas de apoio financeiro à Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Secretaria do Ensino Fundamental

# 1 - PERFIL DO ATENDIMENTO À EJA

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito ao perfil do atendimento da educação de jovens e adultos, com o intuito de apresentar uma visão da EJA no Brasil, a partir de informações gerais sobre seu funcionamento e o número total de matrículas.



\*Os dados de matrícula aqui apresentados são relativos apenas aos cursos presenciais, pois a coleta de dados do INEP não contempla os cursos não presenciais.

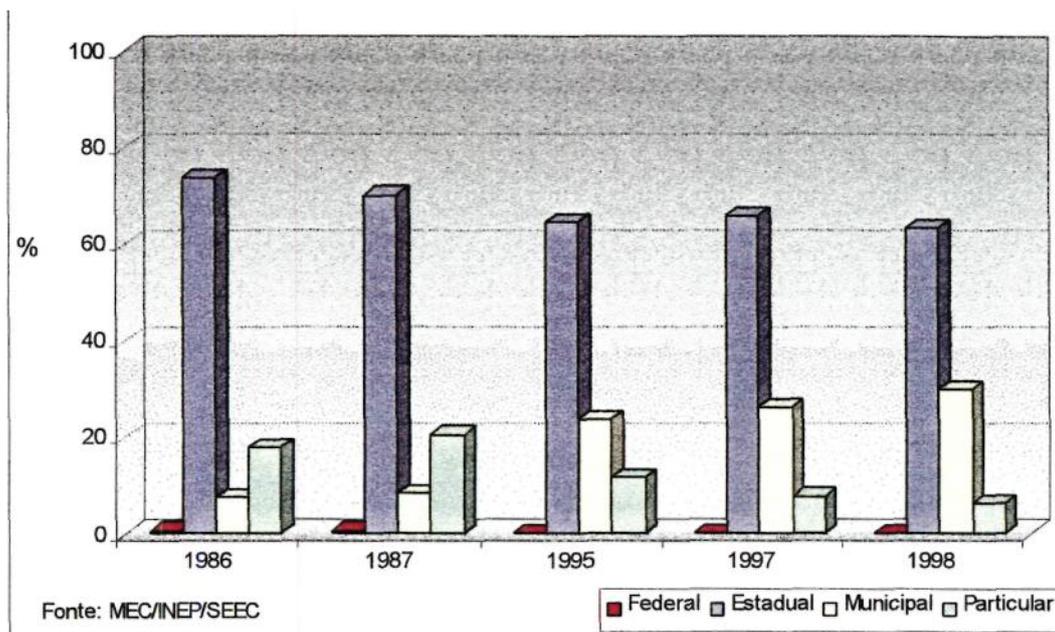
A análise da evolução do número de alunos matriculados em cursos de EJA nos permite observar que no período entre 1995 e 1998 os números relativos ao ensino fundamental alcançaram e se mantiveram acima do patamar de 2 milhões de matrículas anuais.

Por outro lado, se compararmos este patamar com o total de matrículas dos anos de 1986 e 1987, veremos um incremento de mais de 100% no número de alunos matriculados em cursos de EJA no ensino fundamental, enquanto que os números relativos às matrículas em cursos de alfabetização não apresentaram esta mesma tendência.

Adicionalmente, os gráficos referentes à distribuição relativa das matrículas indicam que, por um lado, durante todo o período analisado, (1986/1998) a rede pública tem sido a principal responsável pelo atendimento a EJA no ensino fundamental, com especial destaque para os sistemas estaduais de ensino.

Os gráficos também demonstram uma constante evolução na participação relativa dos sistemas municipais, talvez muito como consequência da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que remeteram aos municípios e aos estados a responsabilidade sobre o ensino fundamental, sendo que para os municípios, com maior ênfase para as quatro primeiras séries.

Educação de Jovens e Adultos - Percentual de Alunos Matriculados no 1º Semestre, nos Cursos Presenciais, no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa Brasil-1986-1998



Observa-se ainda que muito do crescimento na participação do sistema municipal ocorreu pelo preenchimento de espaços anteriormente ocupados pelas escolas particulares, embora também se observe uma redução na participação do sistema estadual.

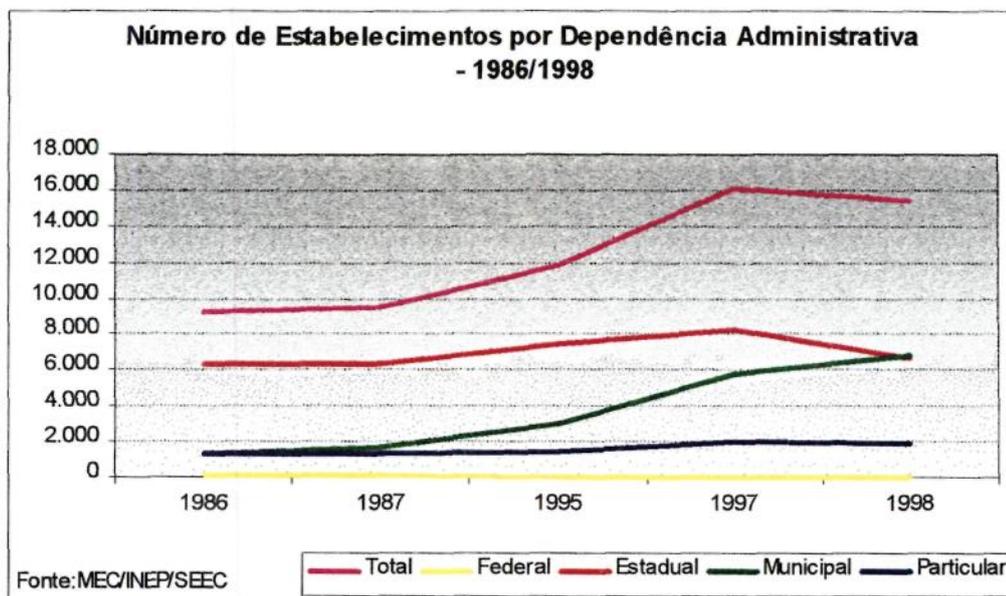
Assim, do ponto de vista da cobertura, a EJA, no período analisado, pode ser resumida da seguinte forma:

- uma estabilidade no número total de matrículas no quadriênio analisado, em dez vezes acima do patamar de 10 anos antes;
- um crescimento relativo e absoluto do número de alunos matriculados nas escolas públicas, com um crescimento constante da participação relativa do sistema municipal de ensino;
- uma ênfase nas matrículas do ensino fundamental em detrimento das matrículas em cursos de alfabetização, que se têm mantido em situação marginal.

Para acompanhar o crescimento do número de alunos matriculados houve necessidade de se ampliar o número de estabelecimentos de ensino de EJA por todo o País, representando, para o período 1986/1998, um aumento de 67,1%, ou seja, mais de 6.000 novos estabelecimentos que passaram a atuar em EJA. Nesse sentido, é importante ressaltar que estes estabelecimentos, na sua grande maioria, oferecem mais de um nível ou modalidade de ensino e que, considerando que a rede pública, como um todo, cresceu, o aumento da oferta de EJA traduz-se na abertura de classes de educação para jovens e adultos também nos novos estabelecimentos.

No período 1995/1998 verificamos uma retração nos números entre 1997 e 1998, assim como ocorreu no número de matrículas. Acreditamos que este fato pode ser reputado à instituição do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino

Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF. Isto porque, como houve uma interpretação de que o Fundo não contemplaria os alunos do ensino fundamental na modalidade supletiva, mesmo nos cursos presenciais, alguns estados e municípios acabaram considerando grande parte da matrícula de EJA com se fosse do ensino regular, o que pode explicar a redução apontada.

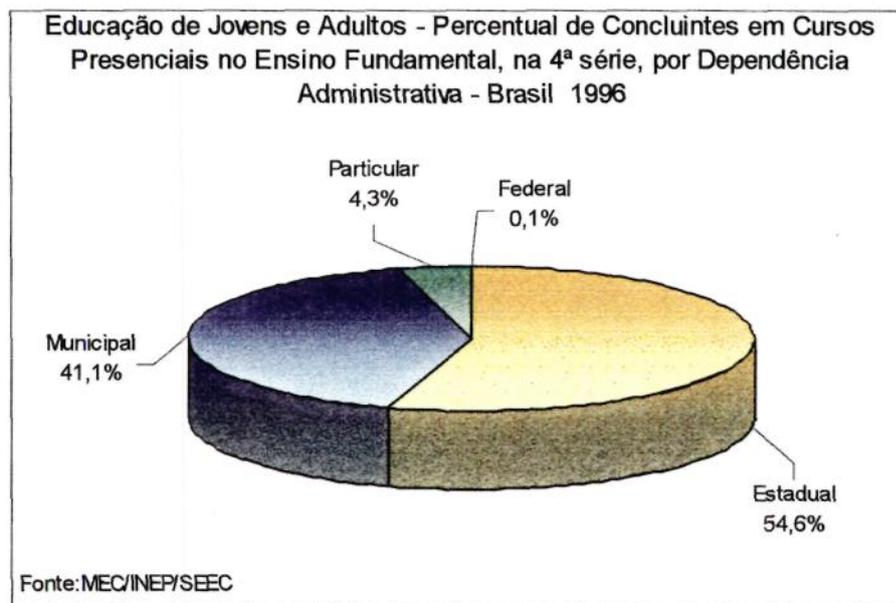
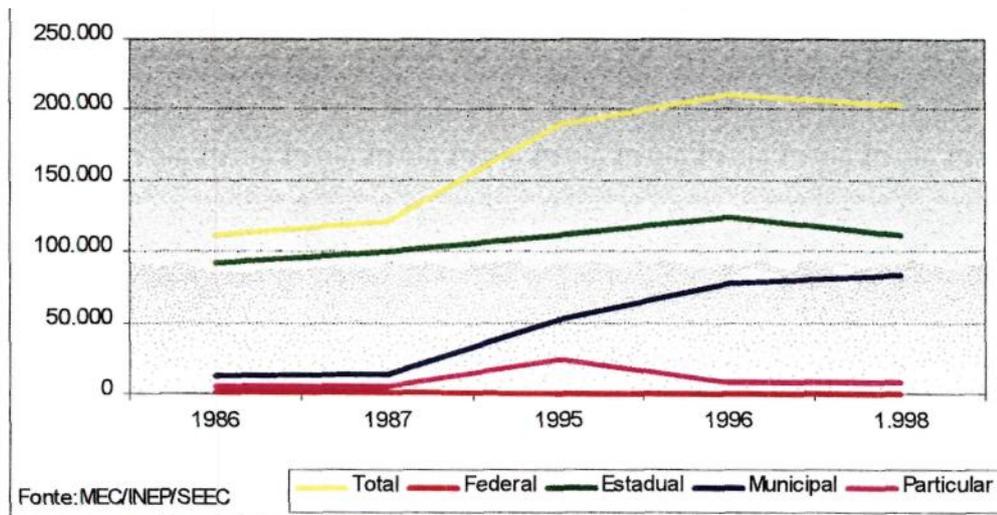


Entretanto, o gráfico deixa evidente que enquanto os sistemas estadual e municipal expandiram o número de estabelecimentos, especialmente este último, o número de escolas particulares se manteve praticamente estável. A rede física do sistema federal se manteve inalterada, como esperado, uma vez que a oferta de EJA nesse sistema é e sempre foi residual e incidental, pois atende apenas aos alunos das escolas existentes nos ex-territórios.

O período analisado também contempla uma significativa evolução no número de alunos que concluíram os cursos de EJA, tanto na 4ª quanto na 8ª série. Como mostram os gráficos a seguir apresentados, tanto no período de 1986/1998 como no quadriênio 1995/1998, houve um representativo crescimento no número de Concluintes.

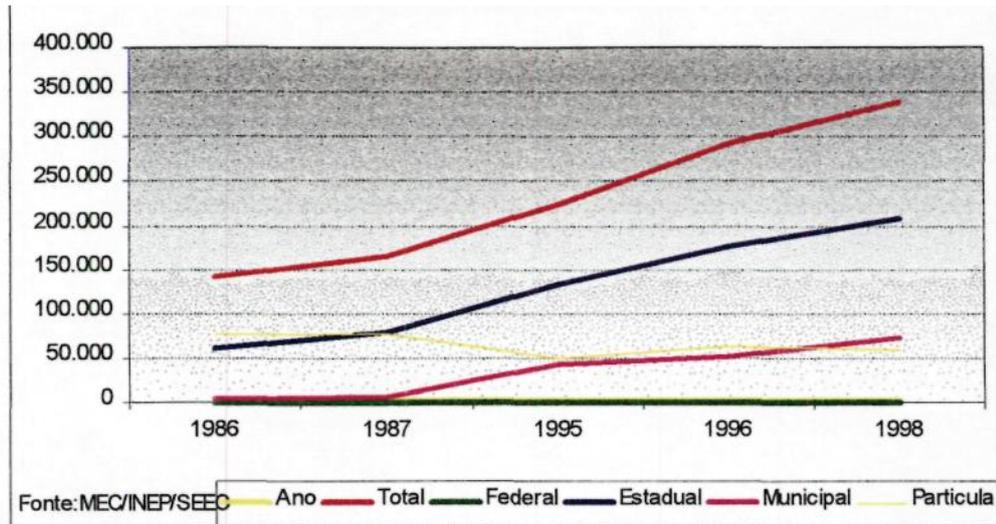
A título de ilustração, podemos ver que enquanto em 1995, 188.584 alunos concluíram a 4ª e 224.041 concluíram a 8ª série, no ano de 1998 estes números haviam crescido, respectivamente, para 203.541 e 339.207 Concluintes.

Educação de Jovens e Adultos - Concluintes em Cursos Presenciais no Ensino Fundamental, na 4ª série, por Dependência Administrativa - Brasil 1986 -1996

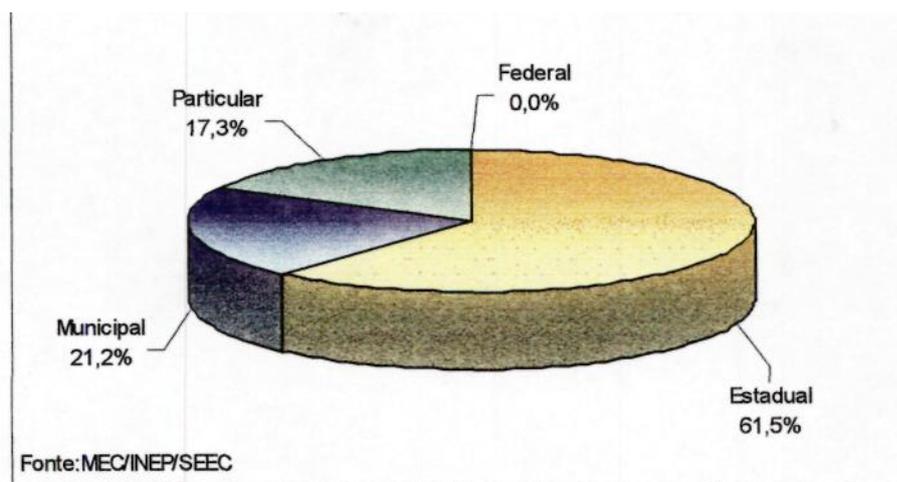


Mais interessante é observar o desempenho do sistema municipal tanto no gráfico relativo à 4ª como no de 8ª série, tendo superado as escolas particulares. Como os gráficos relativos ao percentual dos Concluintes no ano de 1998 demonstram, atualmente 41,1% dos Concluintes de 4ª série e 21,2% dos Concluintes de 8ª série são oriundos do sistema municipal.

Educação de Jovens e Adultos - Concluintes em Cursos Presenciais no Ensino Fundamental, na 8ª série, por Dependência Administrativa - Brasil 1986



Educação de Jovens e Adultos - Percentual de Concluintes em Cursos Presenciais no Ensino Fundamental, na 8ª série, por Dependência Administrativa - Brasil 1996



As informações relativas ao número de matrículas e ao número de Concluintes podem permitir a elaboração de um indicador aproximado do aproveitamento dos cursos de EJA que chamamos de TAXA DE CONCLUSÃO.

Porém, antes de avançarmos nesta discussão, algumas considerações sobre o indicador proposto e sua aplicação merecem ser tecidas. Em primeiro lugar, cabe lembrar que os cursos de EJA aqui analisados, ou seja, o supletivo, são estruturados de forma diferenciada em cada sistema. Obviamente, estas diferenças podem gerar algumas distorções nos números e análises.

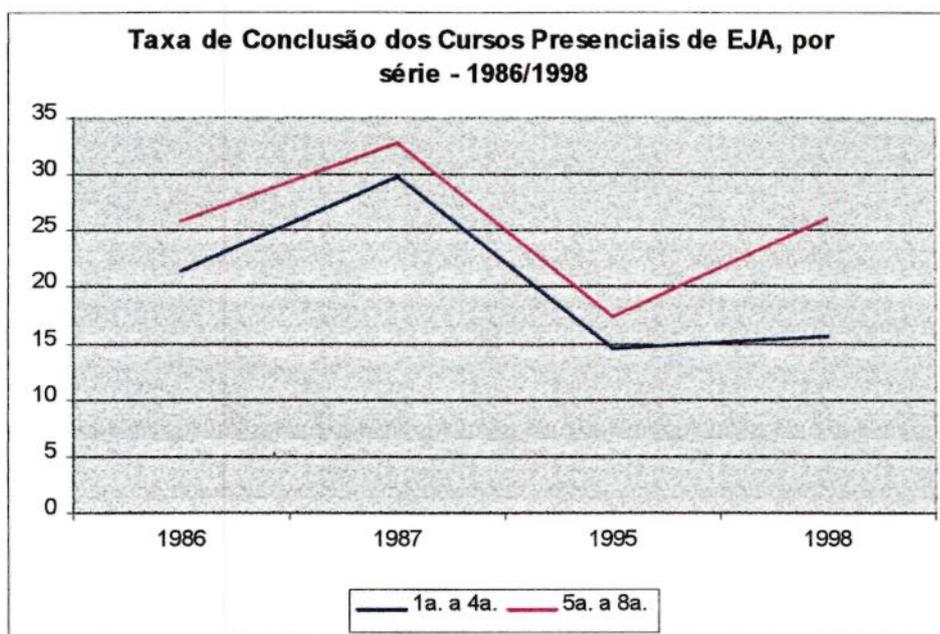
Em segundo lugar, o tempo necessário para apreender os conteúdos equivalentes às 4 séries - da primeira ou segunda etapas - também depende de outras variáveis externas ao sistema de ensino como o tempo que cada aluno pode dedicar ao

estudo ou mesmo o conhecimento que já possuía antes de ingressar nos cursos, o que também pode gerar enormes variações nos resultados de ano a ano.

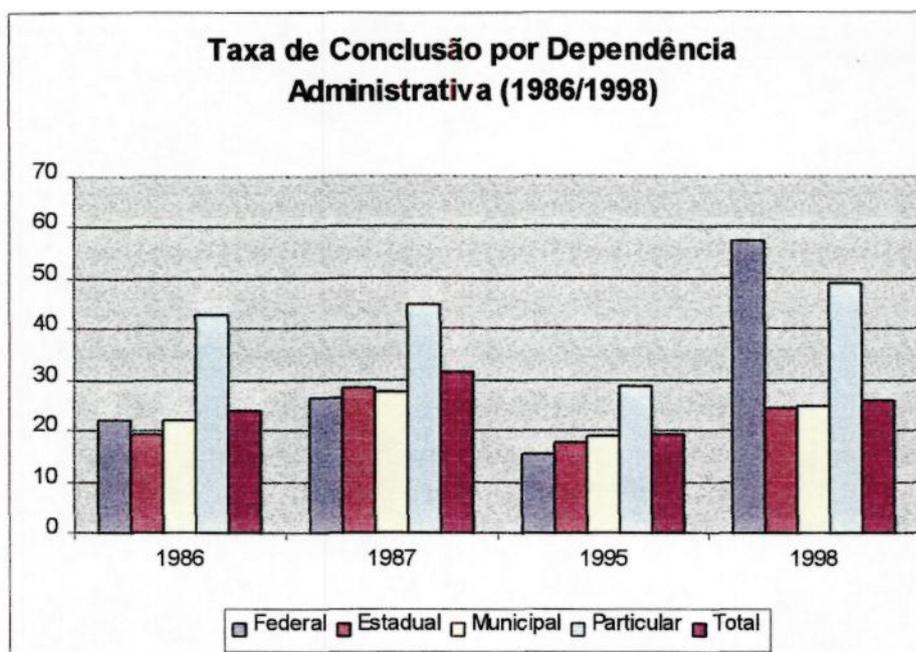
Por último, se quisermos comparar a taxa de conclusão dos cursos de EJA com aquelas do ensino regular, temos que lembrar que cada concluinte do supletivo - ao final de cada etapa - terá cumprido uma carga de trabalho equivalente a quatro anos do ensino regular.

Entretanto, consideramos que as formas de organização e desenvolvimento do ensino regular e do supletivo são tão distintas e guardam tantas especificidades que não há pertinência em estabelecer qualquer tipo de comparação.

Feitas estas considerações preliminares, podemos observar os gráficos apresentados a seguir e que representam a evolução dessa taxa de conclusão, tanto por série, quanto por dependência administrativa.



Considerando os quatro anos sobre os quais dispomos de informações suficientes para calcular as taxas de aprovação temos que, tanto na 4ª quanto na 8ª série, o aproveitamento diminuiu sensivelmente entre os anos 80 e os dias atuais, especialmente na etapa correspondente a 1ª a 4ª série. Entretanto, observa-se ainda que no quadriênio objeto dessa análise (1995/1998) já parecem sinais de recuperação nas taxas de aprovação encontradas.



Esta tendência se repete quando da análise da taxa global por dependência administrativa, com queda entre 1987 e 1995, para posterior recuperação a partir de então. Vemos ainda que os resultados alcançados pelos cursos das escolas particulares e, excepcionalmente em 1988, os do sistema federal estão bem acima da média, embora representando pouco impacto sobre o resultado global, uma vez que este apresenta maior correlação com os resultados dos sistemas estadual e municipal.

A justaposição deste quadro de aproveitamento e os quadros relativos ao número de matrículas pode levar a conjecturas que indicariam que o crescimento da oferta de vagas entre 1987 e 1995, quando os números mais que dobraram, implicou uma perda na qualidade do ensino supletivo, perda esta refletida na significativa queda das taxas de aprovação. Entretanto, a partir de 1995, o total de matriculados alcança uma certa estabilidade e permite ao sistema se ajustar ao novo contingente de alunos e iniciar um processo, ainda insuficiente de recuperação deste indicador.

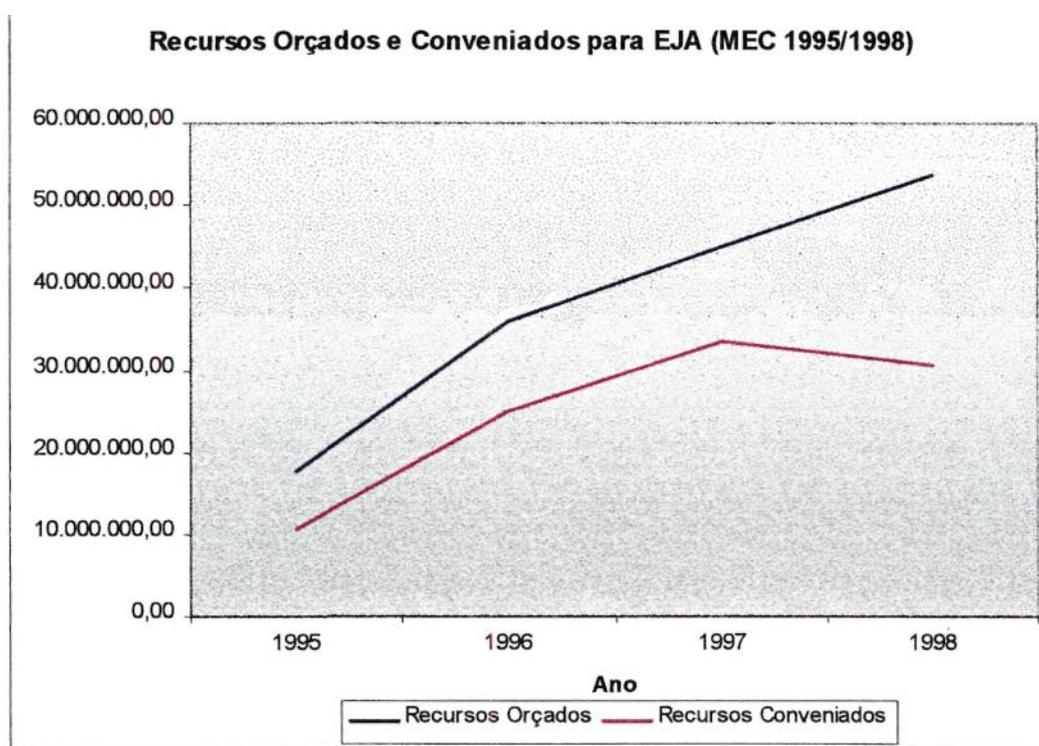
Cabe mencionar que são especulações a partir dos dados apresentados que, por prescindir de melhores detalhes de cunho qualitativo, podem não representar efetivamente o que ocorreu, mas aparentam plausibilidade.

Esses números e quadros nos permitem uma visão geral do atendimento a EJA no Brasil nos últimos anos e nos fornecem alguns parâmetros para que possamos melhor orientar os esforços do MEC no apoio à educação de jovens e adultos.

## 2- RECURSOS FINANCEIROS

A compreensão das ações de EJA apoiadas pelo MEC nos últimos quatro anos demanda conhecermos o volume de recursos financeiros destinados, pelo Governo Federal, a esta modalidade de intervenção. Operando de forma indireta, por meio de convênios com organizações governamentais e não-governamentais, o Ministério da Educação e do Desporto destinou entre 1995 e 1998 recursos anuais que somam entre valores orçados e conveniados, respectivamente, R\$ 152.460.000,00 e R\$ 99.865.297,46, se desconsideramos custos financeiros e a inflação do período.

Assim, como pode ser observado no gráfico apresentado a seguir, no período de 1995 a 1998 houve uma significativa evolução no volume de recursos orçados para educação de jovens e adultos, assim como nos valores conveniados, em que pese os últimos estarem sempre abaixo dos primeiros.

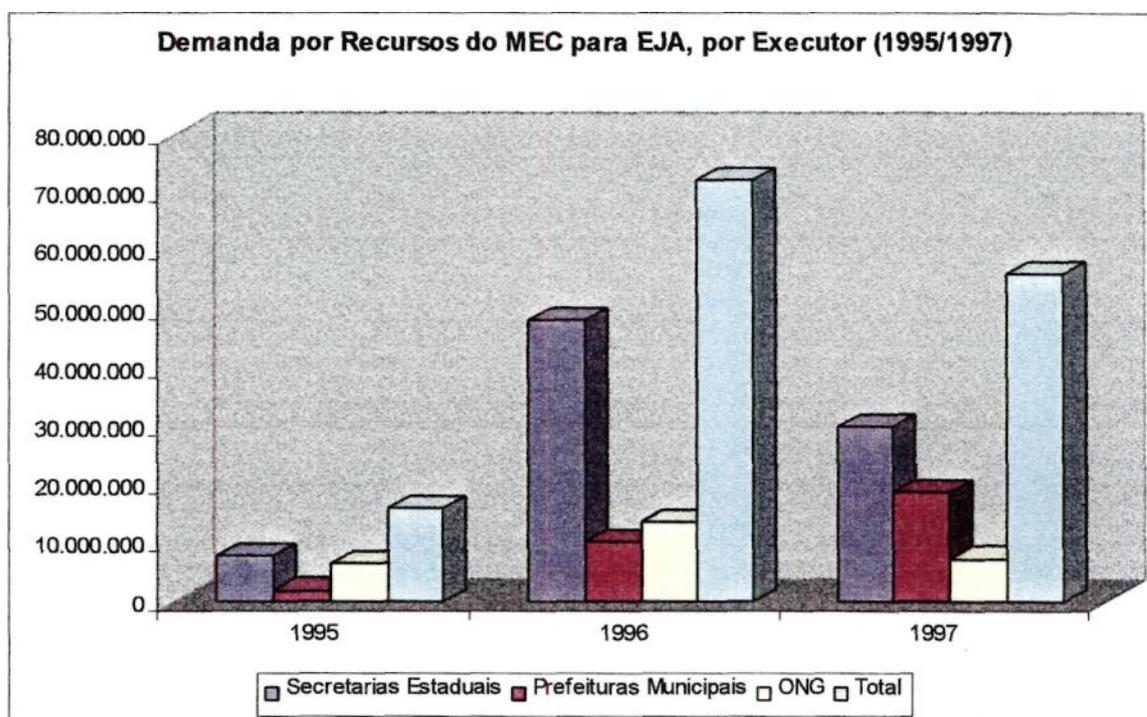


Em termos relativos, o orçamento do MEC para EJA cresceu 202% no período de quatro anos, enquanto que o volume de recursos conveniados com as instituições executoras aumentou em 183% nesse mesmo período.

O ano de 1997 foi o que apresentou uma melhor taxa de aplicação dos recursos (conveniados/orçados) com a execução de aproximadamente 75% do total previsto pelo orçamento. Já o ano de 1998, sob este critério de avaliação, apresentou o pior desempenho dos quatro anos analisados, executando um pouco menos que 57% do total do orçamento, embora tenha sido o 2º lugar em termos do total aplicado, com um volume de recursos três vezes maior que o ano de 1995.

Entre as possíveis causas da queda na taxa de aplicação dos recursos orçados pode-se destacar o fato de que no ano de 1998, em função do período eleitoral, o calendário de apoio financeiro aos projetos foi prejudicado, uma vez que a data limite para assinatura de convênios foi 30 de junho. Além disso, há, historicamente, o problema do atraso no repasse dos recursos. Este fato faz com que instituições que firmam convênio no final de um exercício ainda estejam executando as ações no início do ano subsequente e não demandem recursos durante o 1º semestre. Provavelmente foi a conjunção desses fatos que, em 1998, ocasionou a queda na aplicação dos recursos.

Além disto, ao observarmos o quadro com informações sobre a demanda por recursos do MEC para as ações de EJA veremos que, à exceção do ano de 1996, os outros anos não apresentaram um volume de solicitação de recursos muito acima do total orçado, de onde se conclui que, mesmo que não houvessem contingenciamentos, projetos indeferidos por deficiência técnica ou casos de executores impedidos de conveniar com a União por causas outras, ainda seria pouco provável executar a totalidade dos recursos orçados.



No tocante às informações aqui apresentadas sobre a demanda, registramos que foram compiladas tendo como base os projetos que chegaram à SEF, uma vez que não era possível recuperar a informação daqueles que, pelas razões mais diversas, permaneceram nas Delegacias do MEC - DEMEC ou no FNDE.

Registramos também que a grande demanda identificada em 1996 foi consequência do atraso no calendário de apoio financeiro de 1995, que fez com que muitos projetos elaborados neste ano só tenham sido atendidos no ano seguinte, o que não invalida as considerações feitas anteriormente.

Em relação ao ano de 1998, não foi possível dimensionar a demanda devido a problemas com a mudança no sistema de Cadastramento de projetos, operacionalizado pelo FNDE, que, estando ainda em fase de implantação, foi sendo aperfeiçoado no decorrer do processo.

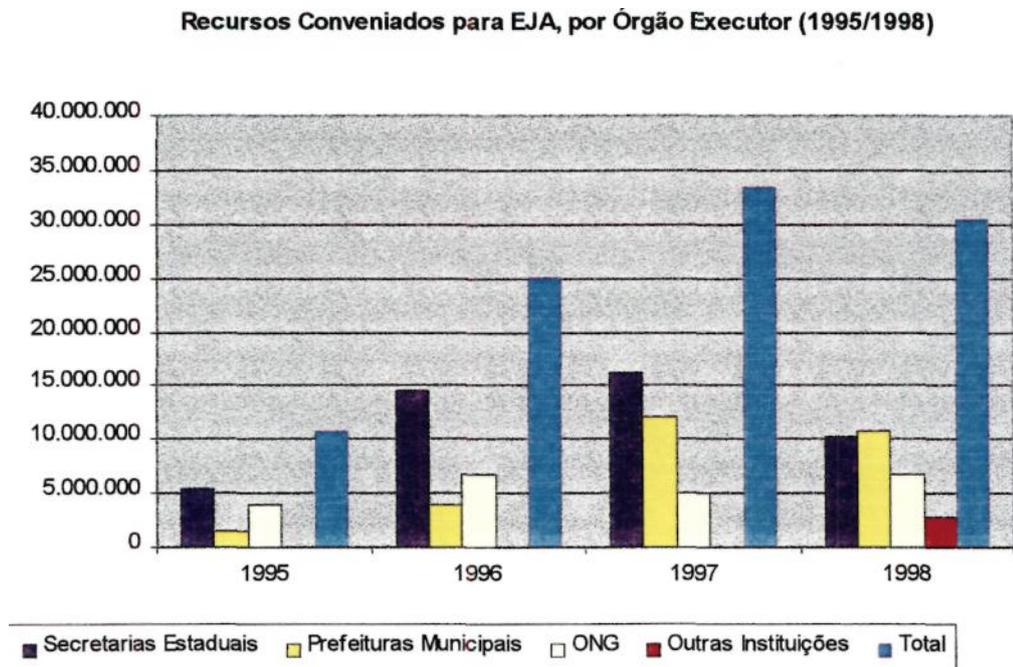
Especificamente, desta avaliação podem ser tiradas, pelo menos, duas sugestões com relação aos procedimentos de apoio financeiro às ações de EJA: (a) a necessidade de melhor se divulgar esta ação, estimulando um aumento na demanda; e, (b) a necessidade de melhor capacitar e assessorar as equipes de formulação de projetos dos executores, especialmente das prefeituras de pequeno porte.

Um outro aspecto de interesse para a análise do apoio financeiro às ações de EJA se refere às instituições que demandam recursos e sua participação relativa na distribuição dos mesmos. Neste sentido, o mais importante é observar o impressionante aumento da participação das prefeituras municipais na execução de projetos que desenvolvem ações em EJA com apoio financeiro do MEC.

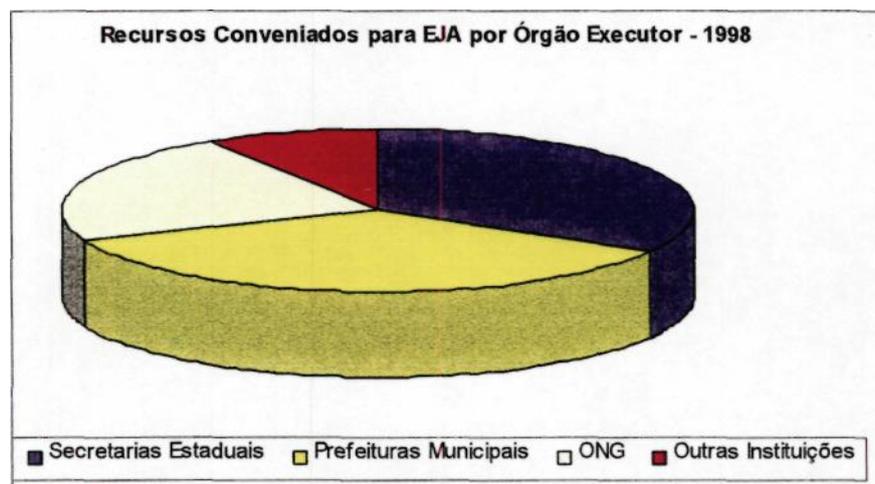
O primeiro gráfico permite a observação que nos quatro anos analisados as prefeituras municipais passaram do último para o primeiro lugar em termos de volume de recursos alocados.

Ademais, devemos ressaltar que se considerarmos os recursos destinados ao programa Alfabetização Solidária\*<sup>1</sup> em 1998 (representados nos gráficos por "Outras Instituições"\*<sup>2</sup>), que são aplicados, indiretamente, em prefeituras da área de abrangência do Programa Comunidade Solidária, o volume de recursos alocados para municípios cresceu mais de 800%, contra um crescimento de 183% do total dos recursos aplicados.

A título de comparação, podemos mencionar que, no mesmo período, o volume de recursos objeto de convênios com Secretarias Estaduais de Educação cresceu 92% e o de organizações não-governamentais 72%, em que pese a retração de 9% no total de recursos conveniados entre os anos de 1997 e 1998.



- Alfabetização Solidária - programa desenvolvido pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária, num sistema de parceria constituído pelo Governo Federal, por intermédio do MEC, empresas, universidades e prefeituras, que tem como propósito a redução do analfabetismo no Brasil. <sup>2</sup> - Outras instituições - Universidades Estaduais, Privadas, Secretarias Estaduais de Educação e ONG que firmaram convênios com o MEC para atender a municípios pertencentes ao Programa Alfabetização Solidária



Como consequência desta política de ênfase no trabalho com os municípios, estes, que em 1995 receberam 14% dos recursos, em 1998 foram executores de 35% do total de recursos conveniados pelo MEC, tornando-se o principal canal de apoio financeiro às ações de EJA. Adicionalmente, se considerarmos os recursos do Alfabetização Solidária, veremos que os municípios foram responsáveis pela aplicação de 44% dos recursos de 1998, ou seja, quase metade do total conveniado.

Este quadro reforça o fortalecimento do papel dos municípios no esforço de erradicação do analfabetismo e de universalização do ensino fundamental, especialmente aquele voltado para os jovens e adultos, atendendo às disposições constantes na Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

### 3 - REALIZAÇÕES NO ÂMBITO DE EJA

A consequência natural do crescimento no total de recursos aplicados, em termos de realizações, foi um aumento igualmente representativo no número de convênios e de beneficiários de projetos apoiados pelo MEC.

Em se tratando de EJA, o apoio financeiro do MEC centrou-se nas ações de capacitação de professores e aquisição, elaboração e/ou reprodução de material didático, uma vez que, dada a especificidade do atendimento prestado ao aluno do ensino supletivo, há uma grande carência de material adequado às necessidades dessa clientela, bem como de capacitação para os professores que com ela trabalham.

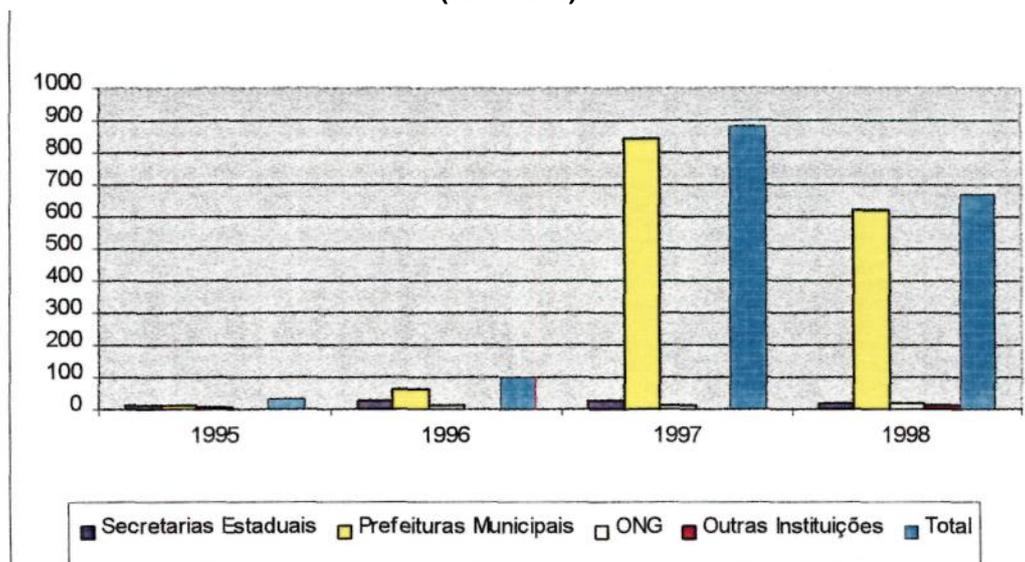
É preciso ressaltar também que, para subsidiar os sistemas de ensino na melhoria do atendimento aos alunos de EJA, o MEC/SEF publicou em 1996 a Proposta Curricular para EJA, elaborada em parceria com a ONG Ação Educativa. Este documento foi distribuído para as equipes técnicas das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e foram realizadas 9 (nove) reuniões regionais para divulgá-lo.

Para que se tenha uma idéia da atuação, ainda que supletiva, do Ministério, de acordo com informações prestadas pelos executores, no ano de 1996, dos 59.365 professores e monitores que atuaram em EJA, 14.105 foram capacitados com recursos repassados pelo MEC e, ainda no mesmo ano, dos 1.610.178 alunos existentes, 604.743 foram beneficiados com material didático.

No que diz respeito aos convênios, podemos observar um crescimento considerável nos números relativos aos municípios, saindo de 15 convênios firmados no ano de 1995 (quase só com capitais) e alcançando um máximo de 845 municípios em 1997. Em que pese a queda no número de municípios convenientes no ano de 1998, temos que, nos últimos dois anos do quadriênio analisado, o MEC alcançou com suas ações de EJA entre 12% e 16% dos municípios brasileiros.

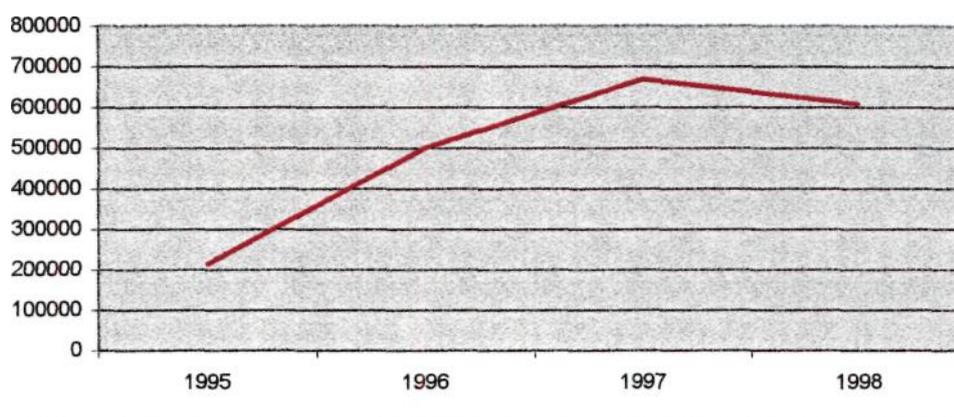
Também em termos dos estados e das ONG o crescimento no número de convênios foi bastante representativo, especialmente nos anos de 1996 e 1997 conforme podemos observar no gráfico a seguir, quando, em média, todos os estados brasileiros firmaram convênios com o Ministério,.

**Convênios de EJA Firmados pelo MEC, por Órgão Executor  
(1995/1998)**



Outra informação interessante diz respeito ao número de alunos que foram beneficiados pelos projetos e ações apoiadas financeiramente pelo MEC. Tomando como referência os parâmetros adotados pela SEF/DDSE para calcular os custos das ações, quando da avaliação "ex-ante" dos projetos apresentados, chega-se ao gráfico de "Alunos Beneficiados por Ações de EJA Apoiadas Financeiramente pelo MEC - 1995/1998" apresentado em seguida.

**Alunos Beneficiados por Ações de EJA Apoiadas  
Financeiramente pelo MEC (1995/1998)**



Além de refletir um expressivo aumento no total dos alunos alcançados pelas ações apoiadas financeiramente pelo MEC, saindo de um patamar de 200.000 alunos em 1995 e situando-se, agora em 1998, acima de 600.000 beneficiários, estas estimativas se tornam ainda mais representativas na medida em que as informações dos agentes executores demonstram que elas se apresentaram conservadoras. Em verdade, segundo os dados fornecidos pelos executores apoiados pelo MEC, para a elaboração do Panorama da EJA no ano de 1996, o total de alunos beneficiados pelas ações

apoiadas financeiramente pelo MEC alcançou 604.743 pessoas, ou seja, 20 % acima da nossa estimativa para o mesmo período, que foi de 502.127 alunos.

Mais importante que a evolução desses números é a sua comparação com o total de matrículas em EJA no país, permitindo-nos uma noção aproximada da "cobertura" das ações apoiadas financeiramente pelo MEC em relação ao número total, e potencial, de beneficiários.

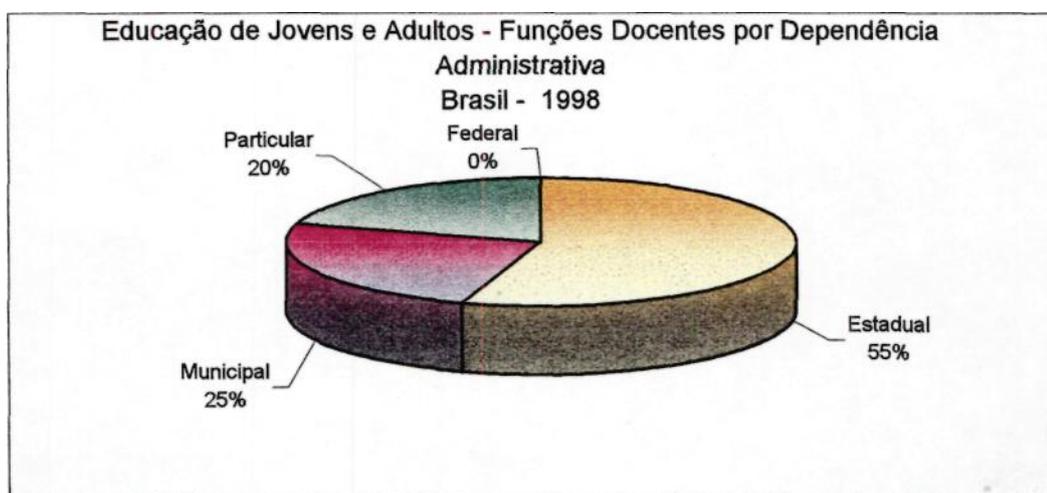
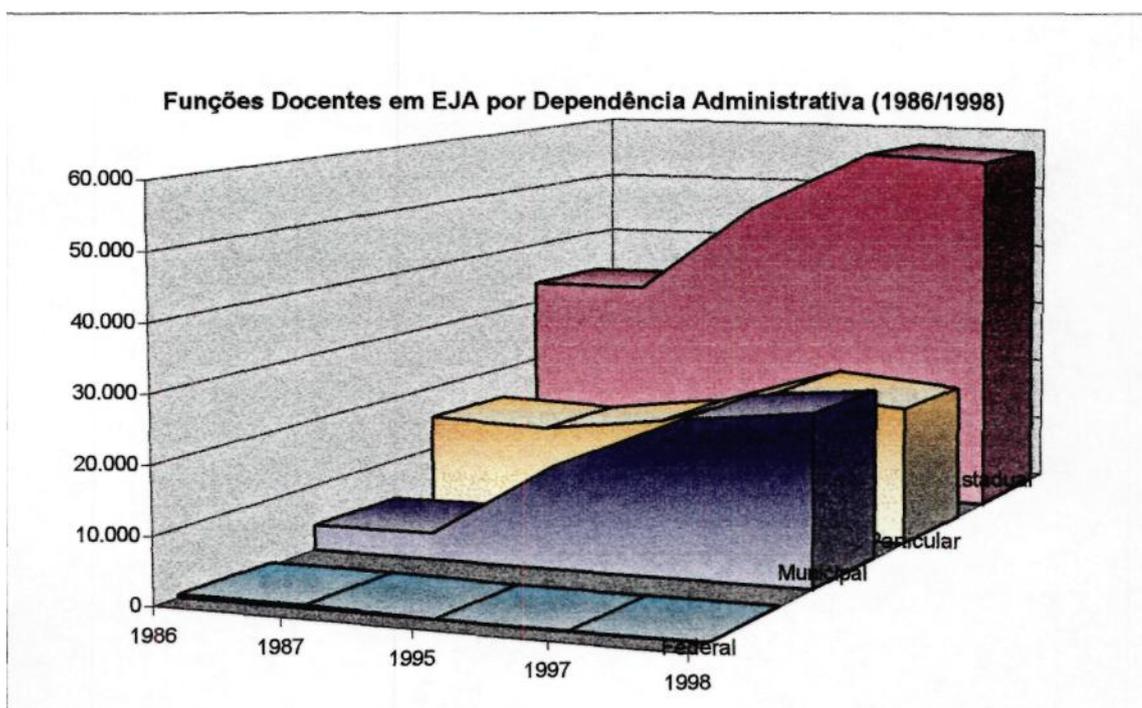
O confronto desses dados indica que, se em 1995 o total de alunos beneficiados por ações apoiadas financeiramente pelo Ministério representavam 10,1% do total de alunos matriculados em cursos presenciais de EJA, em 1997 e 1998 esta participação subiu para 30,3% e 29,3%, respectivamente.

Levando-se em consideração que o MEC apoia financeiramente, em EJA, apenas ações de capacitação de professores e concernentes ao material didático a ser utilizado e ainda, considerando que a LDB reserva à União, e conseqüentemente, ao Ministério, um papel supletivo à ação dos municípios, do DF e dos estados, esta cobertura de cerca de 30% do universo de potencial beneficiários parece-nos compatível com os objetivos e diretrizes estabelecidos pela Secretaria de Educação Fundamental.

## 4- RECURSOS HUMANOS

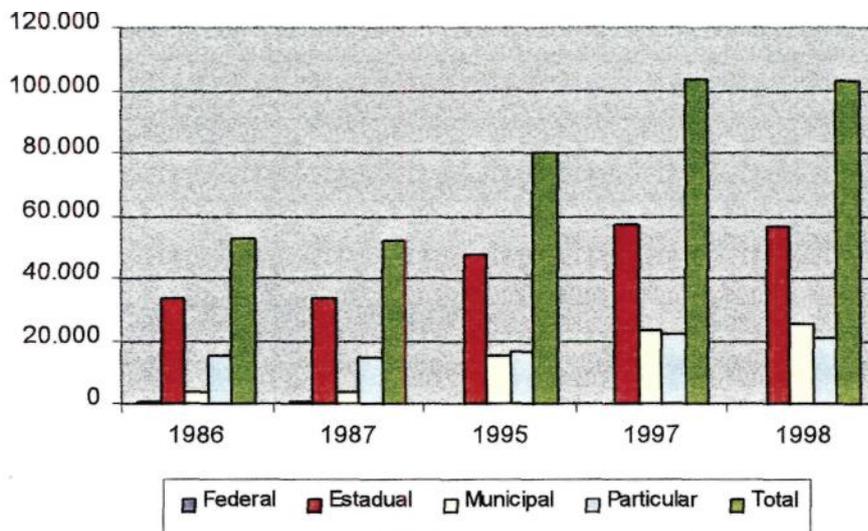
Um último aspecto relevante abordado por este estudo diz respeito aos recursos humanos que atuaram na educação de jovens e adultos. Este tópico merece especial atenção não apenas pela incontestável importância do corpo docente no sucesso das ações de EJA mas também porque a capacitação destes profissionais é uma das ações apoiadas financeiramente pelo MEC.

Nesse sentido é interessante observarmos os gráficos que representam as funções docentes atuantes em EJA, por dependência administrativa, no período analisado.

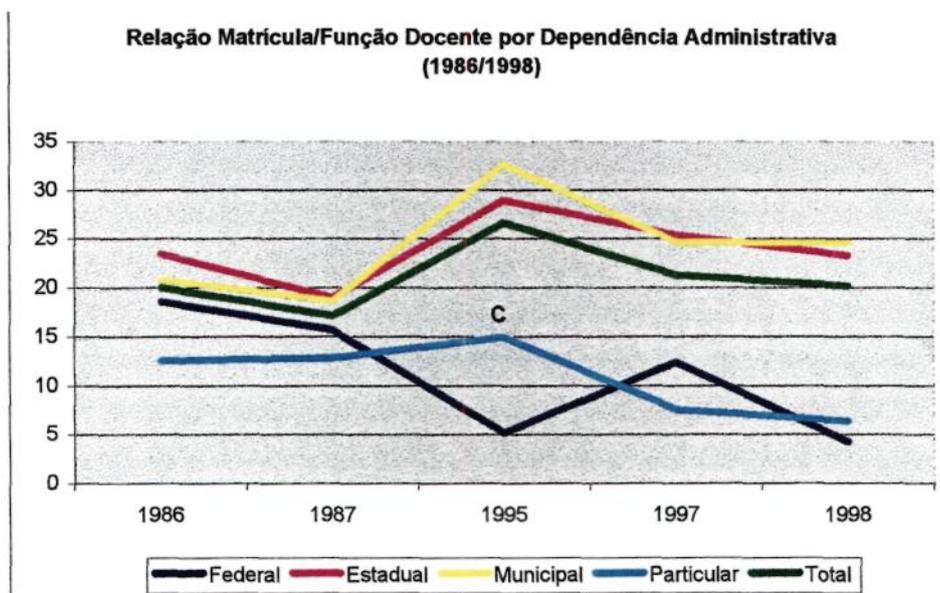


O terceiro gráfico apresenta a evolução do número de funções docentes - aqui considerado como uma aproximação do número de professores - no período objeto da análise.

**Evolução do número de funções docentes em EJA por Dependência Administrativa (1986 -1998)**



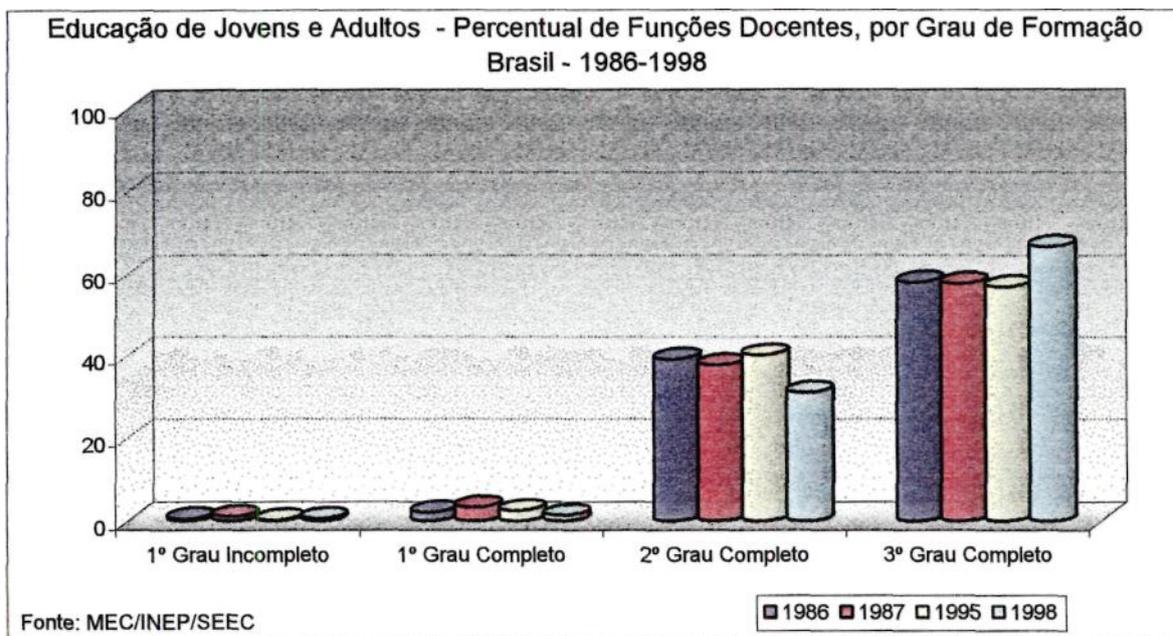
A evolução no total de funções docentes em EJA é compatível com a evolução no número de matrículas nos cursos presenciais de EJA, representando um aumento de aproximadamente 100 % no período entre 1987 e 1998, contra um aumento de 144 % no número de alunos matriculados em período equivalente.



Este acompanhamento da tendência de crescimento se reflete na estabilidade da relação entre o número de alunos matriculados e o número de funções docentes. Estes indicadores nos informam que esta relação era de 20,1 alunos por função docente em 1986 e que agora em 1998 esta relação foi de 20,2, tendo apresentado um máximo em 1995, com quase 27 alunos por função docente.

Mais uma vez pode ser apenas uma coincidência, mas o ano em que a taxa de conclusão apresentou o pior desempenho dos períodos analisados, em 1995, foi também aquele em que a relação entre alunos e professores apresentava-se a mais elevada.

Finalmente, o gráfico "Percentual de Funções Docentes por Grau de Formação" aponta que nos últimos anos, não apenas tem prevalecido a participação dos professores com o 3º grau completo, como vem crescendo sua participação relativa, de modo que em 1998 eles representavam mais de 60% do total dos professores que atuaram em EJA.



## CONCLUSÃO

Feitas estas considerações, podemos, a partir dos dados analisados e sob o prisma da SEF, enumerar algumas conclusões que nos permitam formar uma idéia mais exata do que efetivamente aconteceu em EJA nestes últimos anos:

- > No tocante ao atendimento a essa clientela, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, verificou-se uma crescente predominância da oferta de EJA pelos sistemas públicos de ensino e o decréscimo da rede particular.
- > Apesar da queda nas taxas de conclusão das etapas do Ensino Supletivo, verificada a partir de 1987, observa-se que em 1995 começa uma recuperação desses índices, com melhora nos anos subsequentes.
- > Em que pese o montante de recursos conveniados durante este período ter permanecido abaixo do montante de recursos orçados para EJA, verifica-se uma crescente demanda por parte dos órgãos executores, o que denota a preocupação em oferecer educação para jovens e adultos, que deve ser cada vez mais incentivada.
- > Embora saibamos que algumas instituições que atuam em EJA ainda ofereçam "cursos de alfabetização", dissociados da oferta do Ensino Fundamental, percebe-se que essa prática, inadequada e incoerente com a legislação, tende a diminuir, o que revela uma adequação dos sistemas ao que preceitua a LDB/1996.
- > O MEC beneficiou com material didático, nos anos de 97 e 98, cerca de 30% dos alunos de EJA atendidos pelos sistemas de ensino. Considerando-se que a ação da União é supletiva em relação aos estados e municípios, a importância desse apoio é imprescindível para a continuidade da oferta e para a melhoria do ensino.
- > No que diz respeito aos professores que atuam em EJA, a análise das funções docentes por grau de formação indica que mais de 60% dos professores têm 3º grau completo. Entretanto, consideramos importante ressaltar que, para assegurar a melhoria da qualidade, faz-se necessário não apenas possuir formação em nível superior, mas buscar a formação continuada, que prepara para o trabalho direcionado a uma clientela específica.

Finalmente, gostaríamos de registrar mais uma vez que consideramos a educação para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria uma dívida social que precisa ser resgatada. Em vista disso, o MEC, por intermédio da SEF, no quadriênio de 1999 a 2002 continuará apoiando os sistemas de ensino na oferta de material pedagógico de qualidade, referenciais curriculares e no apoio financeiro, por meio dos convênios firmados com o FNDE para aquisição de material didático e formação continuada para os professores. Para atingir esse objetivo, todos os esforços envidados até agora estão aquém da enorme tarefa a ser cumprida, o que só nos impulsiona a continuar buscando saídas para as dificuldades e obstáculos encontrados. Desta forma, acreditamos estar contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

# ANEXOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 1º SEMESTRE, NOS CURSOS PRESENCIAIS, COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO, POR NÍVEL DE ENSINO/CURSO - BRASIL 1986 - 1998

Anos	Total Geral	Alfabetização	Fundamental (1º Grau)			Médio (2º Grau)	Profissionalizante
			Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série		
1986	2.284.327	.	1.060.858	515.068	545.790	105.661	56.950
1987	2.029.361	67.297	905.187	404.964	500.223	110.328	41.362
1995	2.752.214	97.257	2.136.508	850.151	1.286.357	340.046	178.403
1997 <sup>(1)</sup>	2.881.770	144.116	2.210.325	899.072	1.311.253	390.925	136.404
1998	2.881.251	146.986	2.081.750	783.631	1.298.119	516.965	93.778

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: - Em 1997 a matrícula é referente a data do censo escolar (26/03/97)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS. NO 1º SEMESTRE, NOS CURSOS PRESENCIAIS. COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO. NO ENSINO FUNDAMENTAL. POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, BRASIL -1986 - 1998

Ano	Matricula por Dependência Administrativa								
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1986 <sup>(1)</sup>	1.059.197	7.466	0,7	781.835	73,8	79.425	7,5	190.471	18,0
1987	905.187	6.451	0,7	635.234	70,2	76.583	8,5	186.919	20,6
1995	2.136.508	285	0,0	1.378.098	64,5	506.600	23,7	251.525	11,8
1997 <sup>(2)</sup>	2.210.325	844	0,0	1.454.687	65,8	582.921	26,4	171.873	7,8
1998	2.081.750	561	0,0	1.316.482	63,2	629.201	30,2	135.506	6,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: <sup>1)</sup>- 1.661 matrículas não informaram a Dependência Administrativa

- Em 1997 a matrícula a data do censo escolar (26/03/97)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS. POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL - 1986 - 1998

Ano	Estabelecimentos por Dependência Administrativa								
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1986 <sup>(1)</sup>	9.227	131	1,4	6.419	69,6	1.391	15,1	1.286	13,9
1987	9.459	125	1,3	6.377	67,4	1.634	17,3	1.323	14,0
1995	11.879	7	0,1	7.455	62,8	2.995	25,2	1.422	12,0
1997	16.100	11	0,1	8.279	51,4	5.813	36,1	1.997	12,4
1998	15.417	13	0,1	6.723	43,6	6.806	44,1	1.875	12,2

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível/modalidade de ensino.

-21 estabelecimentos não informaram a Dependência Administrativa

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CONCLUÍNTES EM CURSOS PRESENCIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL. NA 4ª SÉRIE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL 1986 - 1998

Ano	ConcluÍntes na Educação de Jovens e Adultos (Ensino Supletivo)							
	4ª SÉrie							
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular
1986 <sup>(1)</sup>	111.192	888	0,8	91.215	82,0	13.295	12,0	5.794
1987	121.296	986	0,8	99.661	82,2	14.323	11,8	6.326
1995	188.584	18	0,0	112.174	59,5	52.662	27,9	23.730
1996	210.929	74	0,0	124.120	58,8	78.264	37,1	8.471
1998	203.541	158	0,1	111.124	54,6	83.554	41,1	8.705

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: <sup>(1)</sup> - 508 ConcluÍntes na 4ª sÉrie não informaram a Dependência Administrativa

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CONCLUÍNTES EM CURSOS PRESENCIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL, NA 8ª SÉRIE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL 1986 - 1998

Ano	ConcluÍntes na Educação de Jovens e Adultos (Ensino Supletivo)									
	8ª SÉrie									
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%	
1986 <sup>(1)</sup>	141.666	753	0,5	60.487	42,7	4.346	3,1	76.080	53,7	
1987	164.401	714	0,4	79.767	48,5	6.653	4,0	77.267	47,0	
1995	224.041	26	0,0	132.507	59,1	42.837	19,1	48.671	21,7	
1996	291.018	143	0,0	175.862	60,4	51.731	17,8	63.282	21,7	
1998	339.209	164	0,0	208.649	61,5	71.853	21,2	58.543	17,3	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: <sup>(1)</sup> - 498 ConcluÍntes na 8ª sÉrie não informaram a Dependência Administrativa

TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS PRESENCIAIS DE EJA, POR SÉRIE (1986/1998)

ANO	1ª a 4ª SÉRIE	5ª a 8ª SÉRIE
1986	21,5%	25,9%
1987	29,9%	32,8%
1995	14,6%	17,4%
1998	15,6%	26,1%

Fonte: MEC/SEF/INEP

**TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS PRESENCIAIS DE EJA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (1986/1998)**

<b>ÓRGÃO EXECUTOR</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1995</b>	<b>1998</b>
Federal	22,0%	<b>26,4%</b>	15,4%	57,4%
Estadual	19,4%	28,2%	17,8%	<b>24,3%</b>
Municipal	22,2%	27,4%	18,9%	<b>24,7%</b>
Particular	43,0%	44,7%	28,8%	49,6%
<b>TOTAL</b>	<b>23,8%</b>	<b>31,5%</b>	<b>19,3%</b>	<b>26,0%</b>

Fonte: MEC/SEF/INEP

**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO MEC ORÇADOS E CONVENIADOS PARA EJA (1995/1998)**

<b>FONTE</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
ORÇADOS	17.760.000,00	36.000.000,00	45.000.000,00	53.700.000,00
CONVENIADOS	10.787.601,59	25.106.364,02	33.478.350,71	30.492.981,14

Fonte: MEC/SEF/FNDE

**EVOLUÇÃO DA DEMANDA POR RECURSOS DO MEC PARA PROJETOS DE EJA. POR ÓRGÃO EXECUTOR (1995/1998)**

<b>ÓRGÃO EXECUTOR</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>
SECRETARIAS ESTADUAIS e do DF	7.749.309,27	48.315.450,18	29.988.266,97
PREFEITURAS MUNICIPAIS	1.830.763,14	10.273.377,71	18.862.949,38
ONG	6.379.007,00	13.695.536,96	7.324.450,32
<b>TOTAL</b>	<b>15.959.079,41</b>	<b>72.284.364,85</b>	<b>56.175.666,67</b>

Fonte: MEC/SEF

**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO MEC CONVENIADOS PARA EJA, POR ÓRGÃO EXECUTOR (1995/1998)**

<b>ÓRGÃO EXECUTOR</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
SECRETARIAS ESTADUAIS e do DF	5.347.281,97	14.598.103,27	16.252.952,10	10.273.767,36
PREFEITURAS MUNICIPAIS	1.485.764,82	3.869.105,51	12.115.158,41	10.729.484,47
ONG	3.954.554,80	6.639.155,24	5.110.240,20	6.780.849,25
<b>TOTAL</b>	<b>10.787.601,59</b>	<b>25.106.364,02</b>	<b>33.478.350,71</b>	<b>27.784.101,08</b>

Fonte: MEC/SEF/FNDE

**EVOLUÇÃO NO NUMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS PELO MEC PARA PROJETOS DE EJA.  
POR ÓRGÃO EXECUTOR (1995/1998)**

<b>ÓRGÃO EXECUTOR</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
SECRETARIAS ESTADUAIS e do DF	13	26	28	20
PREFEITURAS MUNICIPAIS	15	63	845	619
ONG	5	14	11	19
OUTRAS INSTITUIÇÕES	-	-	-	13
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>103</b>	<b>884</b>	<b>671</b>

Fonte: MEC/SEF/FNDE

**ALUNOS BENEFICIADOS EM FUNÇÃO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS (1995/1998)**

	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
ALUNOS BENEFICIADOS COM MATERIAL DIDÁTICO	215.752	502.127	669.567	609.860

Fonte: MEC/SEF

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NUMERO DE FUNÇÕES DOCENTES POR  
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL - 1986 - 1997**

Ano	Número de Funções Docentes por Dependência Administrativa								
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1986 <sup>(1)</sup>	52.627	401	0,8	33.340	63,4	3.798	7,2	15.088	28,7
1987	52.339	410	0,8	33.416	63,8	4.075	7,8	14.438	27,6
1995	79.899	55	0,1	47.599	59,6	15.532	19,4	16.713	20,9
1997	103.300	68	0,1	57.195	55,4	23.510	22,8	22.527	21,8
1998	103.050	131	0,1	56.478	54,8	25.523	24,8	20.918	20,3

Fonte: MEC/IN EP/SEEC

Notas: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

<sup>(1)</sup> - 115 não informaram a Dependência Administrativa

**EVOLUÇÃO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EJA, POR DEPENDÊNCIA  
ADMINISTRATIVA (1986/1998)**

<b>ORGAO EXECUTOR</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1995</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Federal	401	410	55	68	131
Estadual	33.340	33.416	47.599	57.159	56.478
Municipal	3.798	4.075	15.532	23.510	25.523
Particular	15.088	14.438	16.713	22.527	20.918
<b>TOTAL</b>	<b>52.627</b>	<b>52.339</b>	<b>79.899</b>	<b>103.300</b>	<b>103.050</b>

Fonte: MEC/SEF/INEP

**EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO MATRÍCULA/FUNÇÃO DOCENTE EM EJA. POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (1986/1998)**

<b>ÓRGÃO EXECUTOR</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1995</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Federal	18,6	15,7	5,2	12,4	4,3
Estadual	23,5	19,0	29,0	25,4	23,3
Municipal	20,9	18,7	32,6	24,7	24,6
Particular	12,6	12,9	15,0	7,6	6,4
<b>TOTAL</b>	<b>20,1</b>	<b>17,2</b>	<b>26,7</b>	<b>21,3</b>	<b>20,2</b>

Fonte: MEC/SEF/INEP

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, POR GRAU DE FORMAÇÃO - BRASIL 1986 - 1995**

Unidade da Federação	Funções Docentes								
	Total	1º Grau Incompleto	%	1º Grau Completo	%	2º Grau Completo	%	3º Grau Completo	%
1986	52.742	294	0,6	1.097	2,1	20.722	39,3	30.629	58,1
1987	52.339	556	1,1	1.739	3,3	19.809	37,8	30.235	57,8
1995	79.899	187	0,2	1.995	2,5	32.198	40,3	45.519	57,0
1998	103.050	567	0,6	1.462	1,4	32.149	31,2	68.872	66,8

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**  
1995

UF	SECRETARIAS		MUNICÍPIOS		ONG		TOTAL	
	Nº de Convênios	Valor						
AC			01	42.001,20			01	42.001,20
AL								
AM			01	134.961,60			01	134.961,60
AP			01	30.480,00			01	30.480,00
BA								
CE	01	1.000.000,00	01	177.465,00			02	1.177.465,00
DF					03	3.470.279,20	03	3.470.279,20
ES								
GO								
MA	01	791.382,00	01	129.588,00			02	920.970,00
MG								
MS	01	79.050,00	01	56.000,00			02	135.050,00
MT								
PA	01	790.182,97					01	790.182,97
PB	01	545.976,00	01	74.628,00			02	620.604,00
PE	01	906.768,00	01	177.560,00			02	1.084.328,00
PI	01	469.559,00					01	469.559,00
PR			02	191.200,00			02	191.200,00
RJ								
RN	02	261.402,00	01	95.929,00			03	357.331,00
RO								
RR	01	34.530,00					01	34.530,00
RS			01	80.000,00	01	52.537,00	02	132.537,00
SC			01	60.870,00			01	60.870,00
SE	02	318.432,00	01	12.312,00			03	330.744,00
SP			01	320.000,00	01	28.540,00	02	348.540,00
TO	01	150.000,00					01	150.000,00
<b>TT</b>	<b>13</b>	<b>5.347.281,97</b>	<b>15</b>	<b>1.582.994,80</b>	<b>05</b>	<b>3.551.356,20</b>	<b>33</b>	<b>10.481.632,97</b>

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**  
1996

UF	SECRETARIAS		MUNICÍPIOS		ONG		TOTAL	
	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor
AC	02	1.161.000,00	07	78.427,00			09	1.239.427,00
AL	02	1.076.856,37	01	115.045,00			03	1.191.901,37
AM	01	298.485,00					01	298.485,00
AP	02	441.626,00					02	441.626,00
BA	01	1.028.647,00	08	691.644,10			09	1.720.291,10
CE	01	1.054.500,00					01	1.054.500,00
DF	01	473.116,00			02	2.153.200,00	03	2.626.316,00
ES	01	227.173,60	01	120.000,00			02	347.173,60
GO	01	78.754,00	01	100.762,08			02	179.516,08
MA			07	294.965,00			07	294.965,00
MG			01	124.000,00	01	588.917,00	02	712.917,00
MS	01	948.173,31	03	72.781,29			04	1.020.954,60
MT	<b>02</b>	1.158.712,00	02	134.296,00			04	1.293.008,00
PA			01	257.528,00			01	257.528,00
PB	01	669.000,00					01	669.000,00
PE	01	452.050,00					01	452.050,00
PI	01	771.515,00	01	28.904,00	01	60.000,00	03	860.419,00
PR	01	650.000,00	10	361.770,52			11	1.011.770,52
RJ	01	292.484,82	02	12.403,44	01	183.000,00	04	487.888,26
RN	01	978.223,00	01	591.905,00			02	1.570.128,00
RO	01	1.197.417,00	01	155.400,00			02	1.352.817,00
RR								
RS	01	705.049,00	08	177.991,00	03	833.172,00	12	1.716.212,00
SC								
SE	01	491.623,00	01	20.990,00			02	512.613,00
SP			06	480.292,60	06	2.820.866,24	12	3.301.158,84
TO	01	162.640,00	01	50.000,00			02	212.640,00
TT	<b>26</b>	<b>14.317.045,10</b>	<b>63</b>	<b>3.869.105,03</b>	<b>14</b>	<b>6.639.155,24</b>	<b>103</b>	<b>24.825.305,37</b>

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1997

UF	SECRETARIAS		MUNICÍPIOS		ONG		TOTAL	
	Nºde Convênios	Valor	Nºde Convênios	Valor	Nºde Convênios	Valor	Nºde Convênios	Valor
AC		346.198,00	4	138.303,87			5	484.501,87
AL		184.680,00	35	694.868,70			36	879.548,70
AM		351.197,75	10	405.011,00			11	756.208,75
AP		184.739,37	6	61.930,40	1	2.200,00	8	248.869,77
BA		3.130.249,00	59	979.906,06			60	4.110.155,06
CE		1.733.601,90	49	874.808,34			50	2.608.410,24
DF		1.209.930,00			3	2.346.997,60	4	3.556.927,60
ES		275.844,83	8	141.161,13			9	417.005,96
GO		10.600,00	18	255.954,68			19	266.554,68
MA		274.365,00	47	817.762,09			48	1.092.127,09
MG		1.074.060,00	76	909.613,06	1	129.400,00	78	2.113.073,06
MS		89.139,60	13	90.061,35			14	179.200,95
MT		245.099,00	21	226.903,99			22	472.002,99
PA		95.129,91	7	318.713,92			8	413.843,83
PB		1.334.092,00	42	667.183,23			43	2.001.275,23
PE		1.700.145,00	70	742.871,77			71	2.443.016,77
PI		1.024.518,00	15	215.732,42			16	1.240.250,42
PR		1.193.580,00	130	773.285,49			131	1.966.865,49
RJ		681.199,65	29	712.685,86	2	210.419,72	32	1.604.305,23
RN		1.141.631,00	36	268.304,88			37	1.409.935,88
RO		428.011,20	10	188.921,19			11	616.932,39
RR		54.099,39	3	17.370,00			4	71.469,39
RS	2	1.387.692,00	33	431.624,92	1	324.000,00	36	2.143.316,92
SC		247.036,00	15	161.531,00			16	408.567,00
SE		371.666,00	29	252.084,96			30	623.750,96
SP		480.000,00	65	1.546.986,68	3	794.080,08	69	2.821.066,76
TO		217.285,00	15	155.269,62			16	372.554,62
TT	28	19.465.789,60	845	12.048.850,61	11	3.807.097,40	884	35.321.737,61

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1998

UF	SECRETARIAS		MUNICÍPIOS		ONG		UNIVERSIDADES		TOTAL	
	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor	Nº de Convênios	Valor
AC	1	214.570,40	2	82.572,23	1	29.032,80			4	326.175,43
AL	1	222.700,00	17	500.959,70					18	723.659,70
AM	1	246.600,00	4	77.807,00					5	324.407,00
AP			4	35.582,15	2	4.400,00			6	39.982,15
BA			23	633.163,97			4	466.800,00	27	1.099.963,97
CE	1	938.665,00	41	876.295,17			1	156.000,00	43	1.970.960,17
DF	1	1.368.630,00			4	4.729.200,00			5	6.097.830,00
ES			8	149.812,56					8	149.812,56
GO	1	112.800,00	30	264.899,74					31	377.699,74
MA	1	408.349,36	67	1.782.185,65	2	37.807,60	1	118.800,00	71	2.347.142,61
MG			54	477.491,12	1	68.400,00			55	545.891,12
MS	1	16.497,00	21	134.804,21	1	1.200,00			23	152.501,21
MT	2	681.986,02	7	118.832,39					9	800.818,41
PA	1	150.541,32	8	178.752,21			1	27.600,00	10	356.893,53
PB	1	715.000,00	33	452.485,23			1	279.000,00	35	1.446.485,23
PE			51	1.011.647,59					51	1.011.647,59
PI	1	1.424.493,76	2	236.643,00			1	146.100,00	4	1.807.236,76
PR			41	329.734,46	1	670.867,20	1	13.740,30	43	1.014.341,96
RJ			37	475.399,72	5	309.941,65			42	785.341,37
RN	2	1.432.950,00	18	202.203,10					20	1.635.153,10
RO			8	52.374,38					8	52.374,38
RR										
RS	2	1.890.045,00	18	635.792,80	2	930.000,00			22	3.455.837,80
SC	1	319.680,00	20	292.255,20					21	611.935,20
SE	1	86.300,00	31	271.205,96					32	357.505,96
SP			71	1.417.902,53			3	1.500.839,76	74	2.918.742,29
TO	1	43.959,50	3	38.682,40					4	82.641,90
TT	20	<b>10.273.767,36</b>	619	<b>10.729.484,47</b>	19	6.780.849,26	13	2.708.880,06	<b>671</b>	<b>30.492.981,14</b>

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA  
ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

ESTADO	MUNICÍPIOS
ACRE	Feijó Tarauacá
ALAGOAS	Atalaia Belo Monte Branquinha Cacimbinhas Cajueiro Campo Grande Canapi Capela Craíbas Dois Riachos Flexeiras Igaci Igreja Nova Inhapi Jacaré dos Homens Jacuípe Jaramataia Jirau do Ponciano Joaquim Gomes Lagoa da Canoa Maravilha Mata Grande Novo Lino Olho DAgua do Casado Olho DAgua Grande Poço das Trincheiras Porto de Pedras Roteiro Santana do Mundaú São Braz São José da Tapera São Luiz do Quitunde São Sebastião Traipu Usina Coruripe

ESTADO	MUNICIPIOS
AMAZONAS	<p>Atalaia do Norte  Carauari  Coari  Envira  Ipixuna Itamarati  Japurá  Juruá  Lábrea  Maraã  Pauini  Tapauá</p>
BAHIA	<p>Adustina  Araci  Barra do Rocha  Coronel João Sá  Encruzilhada  Fátima  Heliópolis  Itapicuru  Jeremoabo  Marcionílio Souza  Monte Santo  Nilo Peçanha  Olindina  Ouroândia  Pedro Alexandre  Pilão Arcado  Piraí do Norte  Quijingue  Ribeira do Amparo  Ribeirão do Largo  Santa Brígida  Sítio do Quinto  Taperoá  Teolândia  Tucano  Wenceslau Guimarães</p>

ESTADO	MUNICIPIOS
CEARÁ	Aiuaba
	Barroquinha
	Caririaçu
	Coreaú
	General Sampaio
	Granja
	Granjeiro
	Pedra Branca
	Salitre
	Uruoca
GOIÁS	Leopoldo de Bulhões
	Novo Planalto
	Silvânia
MARANHÃO	Aldeias Altas
	Altamira do Maranhão
	Araioses
	Catanhede
	Paulo Ramos
	Timbiras
MINAS GERAIS	Araçuaí
PARÁ	Anajás
	Garrafão do Norte
	Melgaço
	Portei
	Porto de Moz
PARAÍBA	Aroeiras
	Bananeiras
	Barra de Santa Rosa
	Cacimba de Dentro
	Cruz do Espírito Santo
	Dona Inês
	Gurinhém
	Itapororoca
	Juarez Távora
	Natuba
	Pedras de Fogo
	Santa Cecília
	Santana de Mangueira
	São João da Lagoa Tapada
Umbuzeiro	

ESTADO	MUNICIPIOS
PERNAMBUCO	Águas Belas
	Brejo da Madre de Reis
	Buíque
	Iati
	Inajá
	Itaíba
	Lagoa dos Gatos
	Maraial
	Panelas
	São Benedito do Sul
	Tacaimbó
	Tupanatinga
PIAUI	Caracol
	Cocai
	Jaicós
	Joaquim Pires
	Padre Marcos
	Paulistana
	Simões
RIO GRANDE DO NORTE	Galinhas
	João Dias
	Lagoa de Pedras
	Poço Branco
	Taipu
SERGIPE	Carira
	Cristinápolis
	Indiaroba
	Monte Alegre de Sergipe
	Nossa Senhora da Aparecida
	Poço Redondo
	Santa Luzia do Itanhy
	São Miguel do Aleixo
Tomar do Geru	

# MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EJA ELABORADOS NO PERÍODO DE 1995/98 À DISPOSIÇÃO DAS SECRETARIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS

## CURRÍCULO PARA EJA

- 1 Proposta Curricular de Educação de Jovens e Adultos para o 1º segmento do Ensino Fundamental. Elaborado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação - São Paulo 1ª edição - 8000 exemplares 2ª edição - 3000 exemplares.

## MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EJA

Kit "Educação para Jovens e Adultos" para o 1º segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries).

O material se encontra em disquete e é destinado à Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Composto do seguintes materiais:

Proposta Curricular de Educação de Jovens e Adultos para o 1º segmento do Ensino Fundamental. Elaborado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação - SP

Manual de orientação para Implantação de classes de Educação para Jovens e Adultos -Ensino Fundamental, em Prefeituras Municipais que não oferecem esta modalidade de ensino -elaborado pela SEF.

Livros para uso do aluno e do professor. Elaborado pela Secretaria de Educação Municipal de Curitiba/PR.

- Pré-livro Alfabetização 1ª e 2ª partes
- Alfabetização I, II, III, e IV.
- Português I, II, III, e IV
- Pré-livro Matemática
- Matemática I, II, III, IV, Ve VI.
- Manual do Professor - Pré-livro e Alfabetização I e II
- Manual do Professor - Pré-livro e Matemática I e II

*Diagnosticando Necessidades de Aprendizagem.* Elaborado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação - SP.

*Elementos para uma Avaliação Diagnostica de Níveis e Conteúdos de Alfabetismo Adulto. Contribuições para Ação Pedagógica.* Elaborado pela PUC/RJ.

2	Kit "Educação para a Qualidade do Trabalho". Reúne uma série de materiais didáticos para o aluno e para o professor. Em disquete. <b>Destinado às empresas que queiram montar classes de EJA.</b>
3	kit "Alfabetização - Cidadania e Gênero e Cidadania Etnia/Raça", elaborado pela REDEH/RJ.
4	<b>"O prazer de se fazer leitor - Roteiro para alfabetização de adultos". Elaborado pelo GEEMPA/RS.</b>
5	<b>"Viver, Aprender", - quatro livros para os estudantes e guias para o educador nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade da Natureza. Produzido pela Ação Educativa Assessoria Pesquisa e Informação/SP, para apoiar a implantação da Proposta Curricular de EJA. Foram editados 3.000 exemplares do livro I - Guia para o educador e dos módulos 1 a 6 para o aluno. O restante do material está em elaboração.</b>

### OUTRAS PUBLICAÇÕES

1	Anais da Conferência Regional Preparatória e da V CONFINTEA - <b>2000 exemplares.</b>
2	Seminário Internacional Educação e Escolarização de Jovens e Adultos. Ano - 1997 Vol 1 Experiências Internacionais - 3000 exemplares <b>Vol 2 Experiências Brasileiras - 1500 exemplares</b>
3	Educação de Jovens e Adultos - A Experiência do MOVA / SP - 5000 exemplares
4	Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho. Experiências premiadas pelo MEC em 1997 - <b>4000 exemplares.</b>
5	Jornada de Reflexão e Capacitação sobre Matemática na Educação Básica de Jovens e Adultos.

Estes materiais poderão ser solicitados ao Departamento de Política da Educação Fundamental - MEC/SEF  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L 6º Andar - Sala 610  
Brasília - DF  
CEP: 70.047-901  
Tel: 061-410.8641



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)